

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Sociais

Curso de Relações Internacionais

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Questões de gênero no Afeganistão: Impactos da Guerra Fria e da  
Guerra ao Terror para as mulheres afegãs**

Orientadora: Natália Nóbrega de Mello

Aluna: Vitoria Beatriz Santana Martins

São Paulo

2022

**Questões de gênero no Afeganistão: Impactos da Guerra Fria e da Guerra ao Terror para as mulheres afegãs**

Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso II, contendo uma pesquisa acerca das questões de gênero no Afeganistão a partir dos impactos da Guerra Fria e da Guerra ao Terror para as mulheres no país, como exigência para obtenção do título de graduada no curso de **Relações Internacionais** sob orientação da professora dra. **Natália Nórbeiga de Mello**.

São Paulo  
2022

À comunidade da Pontifícia  
Unidersidade Católica de São Paulo  
pelo apoio permanente.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de primeiramente a Pontifícia Universidade Católica pelo curso de Relações Internacionais, que possui uma grade diversa e interdisciplinar. Durante esses 4 anos tive contato não apenas com as mais variadas áreas de conhecimento, Ciência Política, Economia, Antropologia, Sociologia, Filosofia, Direito, dentre outras. Graças a essa pluralidade pude expandir a minha visão do mundo e formar não apenas profissionalmente, mas também como cidadã. Agradeço também ao corpo docente - Natália Felix, Laerte Apolinário, Vinícius Santiago, Priscila Vilela - por terem ministrado aulas de excelência e contribuído para a minha formação acadêmica e humana. Especialmente à minha orientadora Natália Mello, que ao longo desse último ano me ajudou a construir um trabalho do qual eu me orgulho muito.

Agradeço ao meu querido time de “Folei” RI - PUC, que é a fonte semanal de serotonina. Graças a esse esporte tive a chance de conhecer pessoas maravilhosas que vou levar com muito carinho no coração - e que me ajudaram a completar o álbum da copa. Especialmente aos meus companheiros “ditadores” Lucas, Lígia e Coisa Ruim (Matheus), que compartilharam comigo a péssima experiência de ser diretor de modalidade durante uma pandemia. Sempre lembrarei dos nossos 3 anos na “ditadura DMs Vôlei RI 4ever”.

Agradeço aos meus dois diabinhos da Tasmânia, meu cachorro Mike e minha irmã Heleninha. Meus piticos mesmo não falando, conseguem me tirar os sorrisos mais sinceros e encher meu peito de tanto que eu amo vocês.

Agradeço a minha psicóloga Andreia, que me acompanha, apoia e ajuda desde 2020. Durante esses anos já fiquei quebrada da cabeça, do coração e da alma, e sempre me incentivou a enfrentar as situações por mais que elas me assustassem ou doessem, a assumir as rédeas da minha vida e a “ficar forte enquanto me acham fraca”, como diriam Tasha e Tracie.

Agradeço a minhas “fadinhas”, Juliana, Julia, Glenda e Rafinha. 78% de toda felicidade que senti esses últimos 4 anos foi por conta de vocês. Nunca tive uma amizade como a nossa, em que estamos juntas nos apoiando, escutando e

cobrando quando necessário. A Heleninha é minha irmã de sangue, mas vocês são minhas irmãs de coração, e não trocaria nenhum dos nossos momentos por absolutamente nada na vida - mesmo as brigas e os puxões de orelha. Cresci muito ao longo dos últimos anos, e ter o privilégio compartilhar a vida com vocês potencializou e expandiu todo meu amadurecimento. Nas palavras de Ajuliacosta, sozinha eu sou forte, mas de bonde eu sou pesada.

E, por fim, agradeço aos meus pais, Magda e Marco, por terem feito tantos sacrifícios ao longo de suas vidas, abrindo mão de momentos de lazer e alívio financeiro, para garantir que eu tivesse acesso aos melhores ensinamentos de São Paulo. Que investiram suas vidas para que eu não precisasse passar pelos mesmos perrengues, aflições e incertezas que tanto eles, quanto meus avós um dia passaram. Sem isso eu não teria frequentado os lugares que frequentei, conhecido as pessoas que conheci e aprendido as coisas que aprendi, e não seria hoje a mulher que eu tanto me orgulho de ser. E por isso eu serei eternamente grata aos dois.

São Paulo

2022

*Catching feelings, never stumble,  
retracing my steps*

- *Kanye West e Rick Ross*

## RESUMO

Martins, Vitoria B. Santana. **Questões de gênero no Afeganistão:** Impactos da Guerra Fria e da Guerra ao Terror para as mulheres afegãs.

Esta análise busca se aprofundar e entender dinâmicas políticas internacionais que tomaram o Afeganistão como palco durante a Guerra Fria e a Guerra ao Terror, e a forma como se expressaram e influenciaram internamente no país - focando na forma como impactaram o status social e os direitos das mulheres afegãs, retomando o contexto histórico, social e político do país. Para isso, tal contexto, desde as primeiras tentativas de desenvolvimento e promoção de igualdade de gênero durante o século XIX, até a mais recente tentativa de *state-building* liderada pelos Estados Unidos a partir de 2001. Com isso, a pesquisa procura entender, ainda, como o atual cenário afegão se consolidou.

**Palavra-chave:** Direitos das mulheres; Afeganistão; Reconstrução; Guerra Fria; Guerra ao Terror.

## ABSTRACT

Martins, Vitoria B. Santana. **Gender issues in Afghanistan:** Impacts of the Cold War and the War on Terror on Afghan Women.

This analysis seeks to deepen and understand international political dynamics that took place in Afghanistan during the Cold War and the War on Terror, and how they expressed and influenced internally in the country - focusing on how they impacted the social status and rights of Afghan women, taking into account the historical, social and political context of the country. For this, such context is resumed, from the first attempts of development and promotion of gender equality during the 19th century, until the most recent attempt at state-building led by the United States from 2001. With this, the research also seeks to understand how the current Afghan scenario has been consolidated.

**Keywords:** Women's rights; Afghanistan; Reconstruction; Cold War; War on Terror.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OS DIREITOS DAS MULHERES AFEGÃS PRÉ-11 DE SETEMBRO.....	12
3. O PÓS-11 DE SETEMBRO: A CONFERÊNCIA DE BONN E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES.....	22
4. INTERFERÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA CONTRA O TALIBÃ.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6. BIBLIOGRAFIA.....	42

## 1. INTRODUÇÃO

Após os atentados ao *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos declararam guerra à Al-qaeda, à demais organizações terroristas e regimes que não se posicionassem ao seu lado na recém declarada Guerra ao Terror. Em discurso na Casa Branca, o presidente George W. Bush afirmou que “nossa guerra contra o terrorismo começa com a Al-qaeda, mas não se encerrará com ela”, e que “qualquer nação que continue a abrigar ou apoiar o terrorismo será considerado pelos Estados Unidos como um regime hostil” (BUSH, 2001).

Nesse momento, os Estados Unidos perceberam sua vulnerabilidade frente às ameaças difusas que anteriormente financiaram, e abriu-se uma janela para a redefinição organizacional e estratégica da política externa. Nesse novo contexto, a retórica dicotômica da Guerra Fria foi reconstruída, de um mundo dividido entre liberdade e tirania, e “a missão estadunidense de lutar contra o comunismo foi reeditada em termos de uma guerra global ao terror” (MATEO, 2020, p. 7).

Passou-se, então, a olhar a falta de democracia no mundo árabe como terreno fértil para “as ideologias do assassinato” e a promoção da democracia passou a ser uma missão para “qualquer nação e cultura”, com o foco primário no Oriente Médio (HUBER, 2015). Da mesma forma, o desenvolvimento passou a ser visto como uma importante arma na luta contra o terror, e assim a ajuda externa voltou a ter maior importância na agenda internacional dos Estados Unidos (MATEO, 2017, p. 75). Tal valorização se dá devido ao consenso de que as “ameaças do presente são difusas e estão relacionadas em grande medida com a fragilidade estatal ou social de diversos países ao redor do mundo” (MATEO, 2017, p. 73). E, assim, o terrorismo passa a ser associado ao subdesenvolvimento de valores democráticos e capitalistas não apenas pelos Estados Unidos, mas também por demais países promotores de democracia.

Essa lógica se tornou central na agenda dos Estados Unidos para o Oriente Médio, principalmente para o Iraque e Afeganistão, países de origem dos grupos fundamentalistas Al-Qaeda e Talibã. A democracia apresentou-se como instrumento de estabilização e prevenção de ameaças, aparecendo nos discursos políticos como

elemento de combate à fraqueza estatal, às zonas de baixa governança e à instabilidade político-social que funcionam como catalisadoras de

problemas de segurança e santuários para atores ilícitos que impõe as chamadas 'ameaças difusas' à segurança internacional do início deste século XXI. (MATEO, 2017, p. 74)

Exemplos dessa mudança de visão também podem já ser vistos no discurso presidencial de declaração da Guerra ao Terror:

Odeiam-nos pelo que estamos vendo agora aqui nesta Casa - um governo democraticamente eleito. Os líderes deles se apontam sem consultar o povo. Odeiam nossas liberdades - nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de votar, nossa liberdade de nos congregarmos e de discordarmos uns dos outros. (BUSH, 2001).

Ainda, no diagnóstico realizado pela *9/11 Commission*, que aponta “o crescimento do extremismo no Oriente Médio como consequência da falha no projeto de modernização e ausência de perspectiva para as gerações mais jovens na região” (MATEO, 2017, p. 75). Outros exemplos do enraizamento dessa lógica são as falas de Thomas Friedman, jornalista do *The New York Times*, nas quais afirma que jovens muçulmanos de países do Oriente Médio “são férteis para o recrutamento de organizações como Al Qaeda devido à falta de oportunidades em educação e desemprego” (KRISHNA, 2009, p. 139). Para ele, tais países não teriam passado pelos processos de modernização de forma adequada, e a solução seria modernizar tais sociedades e integrar suas economias com a economia neoliberal globalizada. Ainda segue dizendo que “as sociedades de maioria muçulmana pararam na sua ortodoxia religiosa, e ainda precisam se transformar para o capitalismo, democracia parlamentar e secularismo dos últimos séculos” (KRISHNA, 2009, p. 139).

Ou seja, a causa do 11/09 foi atribuída ao déficit de democracia existente na região, e a promoção da democracia emergiu explicitamente como o princípio central não apenas da política dos Estados Unidos, como de demais agentes internacionais. Uma vez que as iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento seguiram as demandas de securitização do governo estadunidense, e priorizaram “as estratégias de segurança e o combate contra as diferentes manifestações de terrorismo internacional” (MILANI, 2014, p. 46).

Tais afirmações, entretanto, não são apenas extremamente contestáveis, como também islãmfóbicas. De acordo com Rashid Khalidi (2005), citado por Krishna (2009, p. 140-141), desde meados do século XIX, em várias partes do Oriente Médio “havia fortes movimentos buscando formas de democracia, Estados

seculares, constitucionalismo, educação moderna, e valores de sociedade liberais”. Movimentos estes muito parecidos com os que ocorriam no sul e leste da Europa durante a mesma época. Líderes e movimentos políticos de países como Egito, Irã, Iraque, Tunísia, Argélia, Marrocos, Síria, Kuwait, Líbano e Império Otomano alcançaram significativas conquistas na modernização de suas sociedades.

Porém, foram marginalizadas por poderes coloniais que apoiavam grupos autoritários, linhagens reais e/ou ordens religiosas. Khalidi ainda afirma que o fato da maioria dos países do Oriente serem governados por autoritarismos e ditaduras se dá pelas formas como o colonialismo ocidental, capitalismo global, e a Guerra Fria interagiram com a região para produzir tal resultado, tratando-se muito mais um resultado do colonialismo e neocolonialismo do que qualquer outra coisa (KRISHNA, 2009, p. 140-141).

A retórica mobilizada na Guerra ao Terror trata-se então de uma reinterpretção do orientalismo, que já pautava a atuação dos Estados Unidos na região. E, por mais que não fizesse sentido, uma vez que ignora fatores essenciais que corroboraram para a ascensão desses grupos, foi utilizada como diretriz política para países do Oriente Médio e justificou suas invasões e ocupações, como o Afeganistão em 2001 - caso a ser estudado no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Ainda durante o primeiro discurso de Bush pós-11 de setembro, o presidente se dirigiu diretamente ao Talibã, grupo extremista islâmico que controlava o Afeganistão na época. Exigiu que entregasse às autoridades estadunidenses todos os líderes da Al-Qaeda que estivessem em seu território, que libertasse todos os cidadãos estrangeiros detidos injustamente, fechassem todos os campos de treinamento de terroristas e colaborassem com os EUA. Bush afirmou ainda que “o Talibã precisa agir, e agir imediatamente. Eles nos entregaram os terroristas ou compartilharão do destino que caberá a estes” (BUSH, 2001).

Nesse contexto, a ex-primeira dama Laura Bush chegou a afirmar também em discurso oficial buscou “trazer luz” à situação das mulheres no país. Segundo o Plano de Ação Nacional para as Mulheres do Afeganistão, as mulheres afegãs têm uma das piores condições de vida no mundo. Não contam com atendimento à

saúde, são privadas de todos e quaisquer direitos básicos, e, devido ao contexto de extrema violência e precariedade em que estão inseridas, têm a expectativa de vida de cerca de 44 anos, 20 anos a menos que a média global é menor do que a dos homens afegãos (NAPWA, 2007).

Frente esse contexto, Laura afirmou que “a luta contra o terrorismo é também a luta pelos direitos e pela dignidade das mulheres” e que “lutar contra a brutalidade contra mulheres e crianças não é uma expressão de uma cultura em particular, é a aceitação de nossa humanidade comum - um compromisso compartilhado por pessoas de boa vontade em todos os continentes” (BUSH, 2001). Assim, juntamente da missão de “levar a democracia ao Afeganistão” estava a de “libertar as mulheres dos terroristas”, e ambas foram mobilizadas para justificar a invasão do Afeganistão em outubro de 2001 e sua ocupação pelas próximas duas décadas.

Porém, para os autores do artigo “*Promoting Women’s Rights in Afghanistan: The Ambiguous Footprint of the West*” (CHAUDHARY; et al, 2011, p. 106), a presença ocidental no país desde o começo teve um efeito ambíguo nas condições das mulheres afegãs. Segundo os mesmos, a intervenção deu início a uma diversidade de processos contraditórios que moldaram profundamente as estratégias e o cenário daqueles que lutavam pela melhora da vida das mulheres no Afeganistão contemporâneo.

Desse modo, o presente Trabalho de Conclusão de Curso busca se aprofundar e entender as dinâmicas políticas internacionais que tomaram o Afeganistão como palco e a forma como se expressaram para moldar o cenário atual, focando em como esses processos influenciam no status social e nos direitos das mulheres afegãs. Para isso, será recuperado o contexto histórico, social e político do país, desde as primeiras tentativas de desenvolvimento e promoção de igualdade de gênero ainda no século XIX, até a mais recente tentativa de *state-building* liderada pelos Estados Unidos a partir de 2001.

## 2. OS DIREITOS DAS MULHERES AFEGÃS PRÉ-11 DE SETEMBRO

Uma das principais justificativas para o início da Guerra ao Terror no Afeganistão era levar a liberdade e a democracia para o Afeganistão. Dentro desse escopo, encontrava-se a questão dos direitos das mulheres.

A retórica de “libertação” das mulheres foi altamente mobilizada durante toda a guerra contra o Talibã e permaneceu como um dos principais objetivos a serem alcançados durante os 20 anos do projeto de reconstrução do Afeganistão após a guerra do grupo terrorista. Entretanto, para Anne E. Brodsky, autora do livro *“With All Our Strength: the Revolutionary Association of the Women of Afghanistan”*,

apenas depois de muitos anos sabendo da nossa tragédia, apenas o 11 de Setembro forçou alguns governos e instituições a entrar em ação, clamando que o faziam pois se preocupavam com o Afeganistão e as mulheres afegãs (BRODSKY, 2003, p. vii).

Isso pois a opressão e luta das mulheres afegãs apenas virou tema de debate e comoção internacional após os atentados ao World Trade Center. Porém, desde o século XIX há relevantes esforços para elevar o status social das mulheres afegãs.

É importante ressaltar que historicamente a sociedade afegã é extremamente conservadora, religiosa e patriarcal. Ainda, conta com um contexto de intensa dispersão de poder, assimilando-se aos feudos europeus na Idade Média (SUHRKE, 2007, p. 1296). As múltiplas etnias existentes no território (pashtuns, tadjiques, hazaras, uzbeques, turcomanos, quirguizes, cazaques, baluchis e nuristaneses) organizam-se em tribos e seus líderes compõe uma rede de autoridade (ALARCON, 2012, p. 84).

Assim, forma-se uma malha social extremamente plural, com interesses políticos, econômicos e sociais diferentes, com diversas línguas, religiões e interpretações distintas do islã que constantemente entram em conflitos umas com as outras. Ainda com uma a estrutura social do país é uma forma “clássica do patriarcado”, na qual o homem exerce o papel de chefe da casa e mantém toda a autoridade sobre as mulheres e homens de seu grupo (FLURI, 2008, p. 37).

Somado a isso, outras questões como tensões entre grupos mais liberais e outros conservadores, e populações de áreas urbanas com as áreas rurais,

contribuem ainda mais para a multiplicidade e fragmentação de interesses, valores e ideologias nacionais. Por mais que reformas sociais que promovessem direitos e liberdade para as mulheres ocorressem, sempre foram fortemente contestadas e revogadas. Desse modo, o status social das mulheres era extremamente volátil, sendo elevado ou rebaixado de acordo com a pessoa no poder (NEHAN, 2022, p. 2).

As mais significativas tentativas de mudanças ocorreram durante o governo de Amanullah Khan, que serviu como emir de 1919 até 1926, e como rei de 1926 até 1929. Durante esse período, criou uma nova constituição para o Afeganistão que declarava direitos civis para todos, homens ou mulheres. Além de abrir escolas seculares para ambos os gêneros, e por meio da Lei de Código Familiar, criminalizou casamentos forçados e estabeleceu necessidade de autorização judicial para prática da poligamia (NEHAN, 2022, p. 3).

Ainda revogou a obrigatoriedade do uso de vestimentas tradicionais (NEHAN, 2022, p. 3). Sobre esse último declarou que “a religião não requer que as mulheres cubram suas mãos, pés e faces com véu. Costume tribal não deve se impor sobre o livre arbítrio dos indivíduos” (IQBAL, 2009).

Sua esposa, Rainha Soraya Tarzi, e irmã, Kobra Khan, também foram muito ativas nessa frente. A monarca chegou a retirar seu véu em público e fundar o primeiro jornal para mulheres no Afeganistão no qual advocava pela igualdade de gênero, o *Ershad-e Niswan* - em português, “Aconselhamento para Mulheres” (NEHAN, 2022, p. 3), E a irmã criou a *Anjuman-E-Hidayat-E-Nissan* - “Organização para Proteção das Mulheres” (IQBAL, 2009).

Entretanto, as reformas geraram revoltas de líderes religiosos e comerciantes urbanos da etnia pashtun, maioria no país (40% da população). Então, os líderes tribais organizaram revoltas em Jalalabad e em Cabul, nas quais forçaram a abdicação de Amanullah Khan (IQBAL, 2009).

Seu sucessor, Nadir Shah retornou aos valores tradicionais e revogou diversas reformas realizadas anteriormente. Apenas com a sua morte em 1933, e a ascensão de seu filho, Zahir Shah, que houve outro período de avanços para as mulheres (NEHAN, 2022, p. 3).

Entre os anos de 1933 e 1973 retornou algumas iniciativas tomadas por Khan, como: reabertura de escolas para meninas; fundou a primeira universidade do Afeganistão, a Universidade de Cabul; e instituiu uma nova constituição em 1950, introduzindo reformas democráticas liberais e o direito das mulheres ao voto (NEHAN, 2022, p. 3). Ainda, durante seu governo, foi fundada a Organização Democrática das Mulheres Afegãs (DOAW, sigla do inglês), que atuava combatendo o analfabetismo, casamentos forçados e pagamento de dotes em casamentos (IQBAL, 2009).

Havia limitações quanto à abrangência dessas medidas, pois sua grande maioria restringia-se apenas às áreas urbanas do Afeganistão, não alcançando as mulheres do meio rural. Entretanto, nas localidades onde esses direitos se expressaram, as mulheres eram vistas trabalhando fora de casa, donas de negócios, frequentando a faculdade e participando da vida política do país (NEHAN, 2022, p. 3).

Zahir Xá foi deposto no início dos anos 1970, quando a União Soviética apoiou um golpe de Estado para colocar fim à monarquia e declarou Mohammed Daoud presidente (OLIVEIRA, 2017, p. 60). Durante esse período, demais reformas sociais foram promovidas, como: obrigatoriedade da educação para meninas e idade mínima para casamento, e consistiu no último período de avanços para as mulheres afegãs antes da ocupação do Afeganistão em 2001 (NEHAN, 2022, p. 3).

Entretanto, junto da agenda de modernização e das reformas, a ideologia comunista era implantada e muitas vezes forçada à população com uso de violência. O regime comunista tinha baixa tolerância para costumes tribais e religiosos, desrespeitando valores e tradições sensíveis à população, e demonstrações de descontentamento eram violentamente reprimidas (IQBAL, 2009).

Desse modo, o governo de apoio soviético já despertava ressentimento das parcelas mais conservadoras da sociedade afegã, porém elas não estavam organizadas o suficiente para combater a presença estrangeira. Apenas em 1978, com a Revolução de Saur - também promovida pelo PDPA e pela URSS - que o cenário voltou a mudar.

Nesse momento, devido à divergências internas do próprio partido, o Afeganistão foi declarado uma República democrática, Abdul Qadir D'Agarwal foi declarado presidente e o exército soviético invadiu o território afegão para dar o apoio militar necessário para manter a revolução em curso (OLIVEIRA, 2017, p. 60). Com isso, dentro do contexto de disputa bipolar da Guerra Fria, os Estados Unidos decidiram intervir.

Com a Revolução Iraniana declarada no início do mesmo ano, a invasão soviética foi vista como um ataque aos interesses dos Estados Unidos e do “mundo livre”. Washington temia que tais eventos resultassem na perda de credibilidade acerca de seu controle sobre do Oriente Médio, de suas reservas de petróleo e canais de escoamento (KOLHATKAR; INGALLS, 2006, p. 7), e que disparassem um efeito dominó na região, fazendo com que mais países entrassem para o domínio soviético (KRISHNA, 2009, p. 147). Assim, em 1979, a resposta frente a tais receios foi financiar os mujahideen para combater os soviéticos.

Os mujahideen eram formados por grupos extremistas islâmicos heterogêneos, com diversas visões políticas e interpretações fundamentalistas do Islã e da Sharia distintas entre si, mas que na ocasião tinham o interesse em comum de expulsar influências estrangeiras do território afegão. Acreditavam que a influência do ocidente e da modernidade estava corrompendo os valores e culturas tradicionais das tribos afegãs, e que deveriam ser combatidas (ALARCON, 2012, p. 90).

Um exemplo desses valores “corrompidos” por interferência estrangeira é o próprio status social das mulheres afegãs. Segundo a RAWA (Associação Revolucionária das Mulheres do Afeganistão), todo tipo de fundamentalismo islâmico enxerga as mulheres como sub-humanas, “aptas apenas para escravidão doméstica e como um meio para procriação”. E, para eles, muitas das reformas realizadas desde a época de Amanullah Khan, que garantiram direitos básicos a essa parcela da população, eram provenientes de influência exterior, principalmente da nova modernidade ocidental (RAWA, s.d.).

Tais grupos, anteriormente baseados no Paquistão, receberam um volume expressivo de apoio financeiro e militar dos Estados Unidos e da Arábia Saudita, e logístico da agência de inteligência do Paquistão, ISI. Juntos, tais países recrutaram

guerreiros islâmicos de diversos países ao redor do mundo árabe, e trabalharam juntos para repassar armas para os 'guerreiros da liberdade', como referidos por Reagan (ALARCON, 2012, p. 90).

A princípio, foram destinados 30 milhões de dólares de ajuda para os mujahideen. Porém, apenas entre 1986 e 1989 foram enviados o montante de 1 bilhão de dólares ao ano a tais guerreiros durante a implementação da Doutrina Reagan (KOLHATKAR; INGALLS, 2006, p. 8).

Eram grupos extremamente violentos e todo o período de guerra declarada contra a ocupação soviética foi marcada por assassinatos, tortura, desmembramentos, amputações, estupros, apedrejamento e escravização. Tal violência não era destinada apenas aos oponentes políticos comunistas, mas também aos demais líderes mujahideen e à população civil, principalmente às mulheres. De acordo com Kolhatkar e Ingalls (2006, p. 9), um dos comandantes que mais receberam ajuda dos Estados Unidos era Gulbuddin Hekmatyar, comandante do Hezb-e Islami (Partido do Islã), que tanto a ISI quanto a CIA consideravam “um agente importante para moldar o futuro da Ásia Central”.

Hekmatyar desde os anos 1970 organizava atentados contra mulheres, que consistiam em jogar ácido em seus rostos e, por vezes, em atirar em suas pernas. Ainda, organizava assassinatos de demais líderes rebeldes com propostas políticas diferentes, e intelectuais nos campos de refugiados no Paquistão, por não serem “islâmicos o suficiente” (KOLHATKAR; INGALLS, 2006, p. 9). Isso pois, segundo Kolhatkar e Ingalls, “o objetivo por trás do financiamento dos mujahideen era fazer os soviéticos pagarem um preço, não oferecer uma estrutura política alternativa para o povo afegão” (2006, p. 8). Ao final da guerra contra a ocupação soviética, 1.5 milhões de civis foram mortos, 5 milhões mutilados e outros 5 milhões se refugiaram em países próximos (p. 12).

Durante o conflito civil, o denominador comum que manteve demasiada coesão entre os grupos era a oposição aos soviéticos. Com a saída dos mesmos do Afeganistão em 1988, então, passaram a disputar entre si (SILVA, 2012, p. 32).

Para Kolhatkar e Sonali, se houve algum momento em que o Afeganistão mereceu receber o título de “Estado Falido” foi durante o período entre 1992 e 1996,

quando o país esteve sob o controle de líderes mujahideen. Para eles, durante estes anos “os olhos estadunidenses estavam desviados enquanto armas estadunidenses estavam eliminando os prédios, as instituições e as pessoas necessárias para a sobrevivência do Estado do Afeganistão” (2006, p. 21).

De acordo com relatório “*Women in Afghanistan: a human rights catastrophe*” da Amnesty Internacional, em abril 1992 os grupos suspenderam a Constituição afegã que garantia direitos fundamentais para as mulheres, e o sistema judiciário foi desmontado. Em diversas províncias, os senhores de guerra e clérigos islâmicos assumiram as funções de juízes, que geralmente conduziam julgamentos injustos e parciais que resultaram em sentenças como apedrejamento, morte e açoitamentos públicos. Desse modo, “aqueles que perpetuavam violações de direitos humanos e abusos então passaram a realizá-los com impunidade” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1995).

Desde o fim da guerra contra a União Soviética até fevereiro de 1995, de acordo com agências ocidentais cerca de 25 mil civis foram assassinados em Cabul pelos líderes mujahideen, e agências locais estimam que tenham sido 50 mil civis (KOLHATKAR; INGALLS, 2006, p. 19-21). Ainda, mais de 1 milhão perderam suas casas, foram feridos e desapareceram. Segundo o documento “*Overview on the Situation of Afghan Women*”, elaborado pela RAWA, durante os 4 anos em que os líderes mujahideen disputavam o poder no Afeganistão, cerca de 1 milhão e meio de pessoas foram mutiladas, cerca de 5 milhões buscaram refúgio em campos no Irã e no Paquistão, e as que permaneceram no país foram forçadas a se deslocarem internamente para fugir da guerra (RAWA, s.d.).

Nesse contexto, é importante ressaltar as violências contra as mulheres exercidas durante esse período, como: proibição de sair de casa sem autorização dos maridos; de usar jóias que fizessem barulho; falar com estranhos; e rir em público. Caso violassem tais condições estariam sujeitas à tortura, estupro punitivo e apedrejamento (KOLHATKAR; INGALLS, 2006, p. 19-21). Para a Associação, “o Afeganistão ter acabado nas mãos de fundamentalistas islâmicos foi uma verdadeira tragédia para os direitos das mulheres” (RAWA, s.d.).

“Com a chegada de fundamentalistas islâmicos ao poder em 1992, o direito das mulheres à completa participação na vida social, econômica e política do país

foi drasticamente cortado". Esse cenário se perpetuou também com a ascensão do grupo Talibã ao poder no Afeganistão (RAWA, s.d.).

Tal grupo surgiu em 1994, e sua rápida expansão nos anos seguintes foi bem vista pela população afegã. Acreditavam que o grupo formado por ex-soldados mujahideen e estudantes das *madrassas* - escola de educação islâmica - colocariam um fim à brutal violência e fragilidade estatal a qual estavam submetidos (PEREIRA, 2011, p. 182). Porém, logo perceberam que pouco mudaria com a troca dos mujahideen pelos talibãs.

O grupo surgiu com o objetivo de unificar e purificar o Afeganistão, quando assumiram Spin Boldak, cidade no sul do Afeganistão, em outubro de 1994 (GOODSON, 2001 *apud.* SILVA, 2012, p. 43). Em novembro do mesmo ano, já controlavam 12 das 32 províncias afegãs, e no ano seguinte, 27 das 32 (SILVA, 2012, p. 43). Em 1996 assumiram o controle de Cabul e cerca de 75% do território afegão, e implantaram um governo teocrático baseado numa interpretação fundamentalista da Sharia (PEREIRA, 2011, p. 182).

Ao longo dos 5 anos no controle de Cabul, as violações de direitos humanos, de direitos básicos e ataques contra a população (principalmente mulheres) permaneceram constantes e explícitas. Sob o controle do Talibã, foi proibida a educação das mulheres, o direito de trabalhar, de viajar, de sair de casa sem um familiar do sexo masculino a acompanhando, o direito a saúde, o direito de recorrer à recursos legais, ao lazer, a rirem em público ou falar alto demais, e a serem sequer consideradas seres humanos (RAWA, s.d.).

Ainda segundo a associação, o espancamento e apedrejamento de mulheres em público por razões "disciplinares" era um fenômeno constante sob o domínio do Talibã. Através dessas demonstrações de violência extrema, que na maioria das vezes terminava em morte ou em alguma deficiência para a vítima, que os fundamentalistas no comando conseguiram forçar o povo à submissão (RAWA, s.d.).

Diversos relatórios ao longo destes anos foram realizados denunciando a violência e perseguição que ocorriam não apenas às mulheres afegãs, mas à todos os cidadãos, buscando chamar atenção da comunidade internacional. Documentos

como o *“Amnesty International 's concerns at the 51st United Nations Commission on Human Rights”*, de 1994, no qual a organização Amnesty International listava uma série de países e assuntos urgentes a serem debatidos pela ONU.

No relatório, afirmam que

violações de direitos humanos nojentas realizadas por todas as partes da guerra civil têm continuado e perpetuado em larga escala no Afeganistão, incluindo prisões, sequestros, tortura, estupro, execuções extra-judiciais e assassinatos deliberados e arbitrários. A maioria das vítimas foram civis, particularmente mulheres e crianças (AMNESTY INTERNATIONAL, 1994).

Também no relatório de 1995, a organização já pedia atenção internacional à situação do Afeganistão, e em particular às mulheres. Afirmando:

elas [as mulheres afegãs] estão sendo alvos de assassinatos, sequestros e estupros. Esses abusos estão sendo cometidos com total impunidade por parte das forças governamentais e grupos armados que estão preparados para aterrorizar a população para assegurar e reforçar seu poder sobre as massas (AMNESTY INTERNATIONAL, 1995).

E, frente a esse cenário, pedindo que “todas as partes em conflito no Afeganistão coloquem um fim aos abusos de civis e construam respeito aos direitos humanos”. Ainda denuncia o papel dos “governos mundiais” na consolidação desse cenário, uma vez que “há mais de uma [...] mandam vastas quantidades de armas letais para o país, e providenciaram treinamento e instalações militares”, e chama a comunidade mundial para ação, pedindo que “ajudem a encontrar e a implementar soluções efetivas para colocar um fim aos horrendos níveis de sofrimento no Afeganistão” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1995).

Entretanto, como citado anteriormente com um trecho de Anne E. Brodsky, apenas após o 11 de setembro que a atenção internacional se voltou para as violações de direitos ocorrendo no país. Em denúncia, a RAWA afirmou

as atrocidades na Bósnia empalidecem quando comparadas às atrocidades no Afeganistão, mas infelizmente por questões que podem não ser apropriadas para discutir nesse contexto [de publicação do texto], a comunidade mundial sequer ouviu ou se importou com o que acontecia no Afeganistão (RAWA).

Diante desse contexto, é evidente que o Afeganistão compõe o grupo de países que tiveram suas modernizações interrompidas por interferências estrangeiras, citados por Khalidi durante a introdução. Por mais que as iniciativas de Amanullah e Zahir sofressem contestações, enfrentam oposições e tinham limitações geográficas, elas ocorreram e obtiveram resultados concretos.

Contrariando as afirmações de que a falta de “modernização” e “desenvolvimento”, que supostamente acompanham a democracia, seriam a causa do terrorismo islâmico.

Esta, apesar de ser um conceito extremamente subjetivo, podendo assumir diversos moldes dependendo da visão imputada por agentes políticos e sociais, a democracia é comumente tida como um conceito objetivo. Essa universalização se deve, em parte, à atuação dos Estados Unidos durante o período citado anteriormente.

A forma construída e propagada por Washington foi a liberal, ligada ao capitalismo de forma estrutural (MARKAKIS, 2016, p. 19), tendo o livre mercado como pré-requisito essencial para o desenvolvimento democrático. Esse modelo enxerga o ser humano como *homo economicus*, sendo na natureza humana a realização de trocas econômicas, e a sociedade como “uma rede de interações entre pessoas privadas, estruturada a partir do mercado” (HABERMAS, 1996 *apud*. HUBER, 2015, p. 24). Desse modo, decisões que beneficiam o mercado, beneficiariam também a sociedade. Outra característica fundamental são as estruturas estatais, que garantem a primazia da lei e dos direitos. Segundo Dahl, “regras justas para o jogo são garantidas pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos, [...], que incluem a defesa de direitos liberais, civis e políticos” (*apud*. HUBER, 2015, p. 24).

A implementação desse modelo em todas as regiões do globo é tida como fundamental para a manutenção da paz no sistema internacional, sendo a base necessária contra instabilidades. Essa ideia parte do pressuposto que democracias não lutam entre si, como explicado por Immanuel Kant em *A Paz Perpétua* (1795): “os Estados com governos representativos e com separação de poder [repúblicas] são mais pacíficos, uma vez que todos os cidadãos seriam responsáveis pelas suas decisões” (*apud* HUBER, 2015). Esse é o argumento por trás da teoria da paz liberal, ou paz democrática, amplamente utilizado nas retóricas de promoção da democracia.

Esse, como defendido por Khalidi e demonstrado historicamente ao longo do capítulo, é resultado da forma como o conflito entre União Soviética e Estados Unidos interagiu com o Afeganistão, do que algum problema endêmico das culturas

muçulmanas. Para além de serem posições orientalistas e xenofóbicas, a simplificação e esvaziamento de processos e dinâmicas complexas são extremamente preocupantes pois formulam bases históricas equivocadas para a formulação de políticas externas.

Diante disso surge a pergunta: como atores internacionais pretendem efetivamente acabar com o terrorismo e “libertar” as mulheres no Afeganistão se não consideram a origem dos mesmos no país? Para os Estados Unidos e a OTAN, a resposta seria reconstruir o Estado afegão segundo os princípios da democracia liberal. Entretanto, como será elaborado nos próximos capítulos, a tentativa de *nation-building* foi contraproducente.

### 3. O PÓS-11 DE SETEMBRO: A CONFERÊNCIA DE BONN E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Como abordado na seção introdutória, após os ataques às Torres Gêmeas e à declaração da Guerra ao Terror, os principais alvos da fúria dos Estados Unidos se tornou a Al-Qaeda, por ter coordenado os ataques, e o Talibã, por se recusar a cooperar com o governo estadunidense e entregar Osama Bin Laden à eles. A existência desse grupos fundamentalistas foram condicionados à fragilidade Estatal, falta de democracia e modernidade em suas sociedades - temas que foram mobilizados para justificar intervenções nos territórios em que tais grupos se encontravam.

Nesse contexto, em outubro de 2001 começou os bombardeios ao Afeganistão com o objetivo de “libertar” o país do Talibã - com apoio da Aliança do Norte, organização político-militar criada em 1996 pelo Estado Islâmico no Afeganistão. A ação militar somada à suspensão de programas de ajuda humanitária durou 3 meses, sendo finalizada apenas com a queda do Talibã. Segundo Laura Bush, a operação foi um dos ganhos militares responsáveis pela libertação das mulheres afegãs, que “não estão mais prisioneiras em suas casas” (BUSH, 2001).

Entretanto, estima-se que a chamada Operação Liberdade Duradoura resultou diretamente na morte de 1.300-8000 afegãos. As mortes indiretas estariam em torno de 20 mil, fora os 250 mil afegãos que fugiram para o Irã e para o Paquistão. Num geral, os bombardeios causaram deslocamentos maciços, interrupção da entrega de suprimentos, e a intensificação de conflitos internos (STEELE, *The Guardian*, 2002).

Kate Stearman, presidente das comunicações do ramo britânico da Care International, que afirmou que:

Depois de 11 de setembro houve um pânico generalizado no Afeganistão, com o preço dos alimentos subindo vertiginosamente e a fuga em massa das cidades.... O bombardeio e a deterioração das condições de segurança levaram a movimentos populacionais imensos e, em geral, sem qualquer tipo de registro. Embora se esperasse mais de um milhão de refugiados no Paquistão, eles não apareceram, e esse fato em si era preocupante, porque indicava que muitos mais ficaram presos dentro do Afeganistão, sem que se saiba o que houve com eles. (STEELE, *The Guardian*, 2002).

Segundo reportagem da RAWA, na qual é feito um compilado de relatos de testemunhas dos bombardeios, a ação estadunidense causou um “ambiente insuportável”. Explosões eram relatadas por todos os lados, muitos civis perderam suas casas e passaram a ocupar as ruas, negócios locais e estrangeiros fecharam e o pagamento de salários foi suspenso (RAWA, 2001).

O ataque às torres de transmissão da cidade tinha como objetivo destruir o sistema de telecomunicações do Talibã destruindo todo o sistema da cidade. Entretanto, afetaram também regiões próximas - cerca de 6 casas foram completamente destruídas e 15 pessoas morreram (RAWA, 2001).

Uma dos entrevistados pela Associação, Dadkhuba, contou que morava no vale de Shamaly e imigrou para Cabul para fugir do Talibã. Durante os bombardeios dos Estados Unidos, sua filha de 18 anos foi morta, sua esposa e dois filhos ficaram extremamente feridos. Ao serem levados ao hospital de Vazir Akbar Khan, não puderam ser atendidos pois o mesmo não tinha equipamento operacional (RAWA, 2001).

Dadkhuba ainda questionou:

Nossas casas foram queimadas pelo Taliban no vale Shamaly, então nós imigramos para Kabul no último ano, mas uma bomba lançada pelos Estados Unidos destruiu nossa pobre casa em Qala-e-Wakel e nós não temos mais o que comer ou onde se abrigar. Porquê eles não entregam Osama? Nós não queremos nem o Taliban e nem Osama. Por que os Estados Unidos nos bombardeiam, é nossa culpa? (RAWA, 2001).

Outros ataques como aos dos alojamentos do Talibã, Ghand 55 e Babidjan, danificaram as linhas e postes de eletricidade, o que comprometeu o funcionamento da rede elétrica da cidade. Ataques ao aeroporto de Cabul atingiram também o prédio da Cruz Vermelha, impossibilitando a prestação de assistência médica aos civis (RAWA, 2001).

A guerra contra o Talibã gerou ainda mais caos no Afeganistão, e a categoria social que mais sofreu com o desenrolar do conflito entre forças estrangeiras e o Talibã foram as mulheres afegãs. Estas foram pegas no fogo cruzado entre o exército afegão e das tropas estadunidenses com os soldados do Talibã. Estando sujeitas a estupros de soldados de todos os lados, desalojamentos, má nutrição, acesso limitado à medicamentos, fome e ainda muitas se viram obrigadas a fugirem

do país, virando refugiadas no Paquistão, Irã e demais países vizinhos (HUNT, 2002, p. 120).

Após os bombardeiros, o Afeganistão encontrava-se numa das mais baixas posições no quesito desenvolvimento humano (173ª de 177 posições) e era considerado o 3º país mais pobre do mundo. A pobreza e falta de segurança generalizada afetaram as mulheres de forma extrema, limitando seus acessos à serviços, oportunidades e recursos necessários para seu desenvolvimento humano e exercício de seus direitos (NAPWA, 2007, p. 8).

Serviços de saúde então eram inadequados e inacessíveis às mulheres. Era proibido o atendimento de mulheres por médicos homens, entretanto, cerca de 40% das unidades de saúde básica não contavam com trabalhadoras da saúde. Das mulheres não grávidas, 89% das mulheres encontravam-se com anemia, e entre as grávidas a estimativa era de 71% (NAPWA, 2007, p. 8).

Sobre esse grupo, ainda, devido à alta taxa de natalidade (cerca de 6.63 filhos por mulher) e os frequentes casamentos de garotas ainda menores de idade, a taxa de mortalidade materna era estimada em 1.600-1.900 para cada 100 mil nascimentos - o que significava uma média de uma morte maternal a cada 30 minutos, uma das taxas mais altas do mundo. As restrições à mobilidade feminina e escolha de tratamento dependente da aprovação de alguma figura masculina impactavam seriamente no acesso à saúde de qualidade (NAPWA, 2007, p. 8).

De modo geral, questões como instalações de energia, água, transporte, rodovias impediam a melhora da vida dos cidadãos, especialmente das mulheres rurais. Estas, ainda, estavam sujeitas às atividades produtivas não pagas para além dos deveres reprodutivos e cuidados rotineiros (NAPWA, 2007, p. 8).

Segundo as militantes da RAWA, ao contrário das opiniões de Laura Bush, os bombardeios e do bloqueio de recursos humanitários, em diversas regiões do país a violência sexual e os casamentos forçados aumentaram. Ainda, muitas mulheres permaneceram usando a burca por medo da sua segurança, e não por uma expressão de sua fé (RAWA, s.d.). Este cenário permaneceu durante toda a ocupação do Afeganistão pelos Estados Unidos e a OTAN, apesar do

comprometimento em garantir direitos sociais, políticos e econômicos para as mulheres afegãs.

Pouco depois da expulsão do Talibã, foi elaborado, durante encontro da ONU (i.e. Conferência de Bonn), um projeto para a reconstrução do Afeganistão pautado em “Islã, democracia, pluralismo e justiça social”. Além De propor uma revisão completa de todas as esferas políticas, econômicas e sociais do Afeganistão, para Suhrke, o documento desenvolvido era

[...] praticamente um script para a transição para uma democracia liberal e constitucional, sustentada por um aparato estatal (“competência e integridade”) e um único exército armado comprometido com a ‘justiça social’, respeito aos direitos humanos e ‘sensibilidade’ aos direitos das mulheres (2007, p. 1298).

De acordo com o Gabinete do Vice-Ministro de Política, dentre os objetivos da conferência estavam: o fim do conflito no Afeganistão e promover reconciliação nacional, paz duradoura, estabilidade e respeito pelos direitos humanos; reafirmar a independência, soberania nacional e integridade territorial do Afeganistão; e reconhecer o direito do povo do Afeganistão de livremente determinar seu futuro político de acordo com os princípios citados acima por Suhrke.

A iniciativa foi recebida com bastante euforia tanto na comunidade internacional quanto pelo povo afegão, como apontado por Astri. A paz e a reconstrução eram vistas com altas expectativas de sucesso, dependendo apenas de “fundos adequados, organização efetiva, comprometimento político e boa vontade” (SUHRKE, 2007, p. 1299). Entretanto, nenhum de seus objetivos foram devidamente alcançados.

No mundo mulçumano os direitos das mulheres sempre foi uma questão causadora de “controvérsia” política, como apresentado anteriormente. Mesmo antes da ocupação no começo dos anos 2000, as influências modernas a respeito do tema já gerava conflitos internos na sociedade afegã - como vistos nos regimes de Amanullah Khan e Zahir Shah. E com o início das operações de *state-building* esses conflitos se tornaram ainda mais complexos, e as relações de gênero se tornaram uma área crítica de expressão de visões políticas.

Durante a Conferência de Bonn foi definido os próximos passos a serem tomados no Afeganistão para impedir que “o terrorismo voltasse a proliferar” no

território. Esse encontro estabeleceu as bases fundadoras para iniciar o processo de reconstrução e para garantir o aumento do envolvimento governamental e ações para melhorar o status das mulheres no país (NAPWA, 2007).

Uma série de 4 eventos designados para transformar o Afeganistão em um país alinhado com os interesses dos Estados Unidos foram determinados para os anos seguintes. Na Conferência, ficou definido a realização de 2 *Loya Jirgas*, e posteriormente eleições presidenciais e parlamentares.

Do pashto, *Loya Jirga* significa “grande conselho”, e é uma grande assembleia tradicional afegã, na qual líderes tribais, políticos, religiosos e étnicos se reúnem apenas em tempos de crise nacional, sendo usada para a aprovação de novas constituições, declarações de guerra, escolhas de novos reis e realização de reformas políticas. É considerada a “maior expressão do povo afegão”.

Ainda durante a Conferência de Bonn, os então presentes escolheram Hamid Karzai, cientista político afegão da etnia pashtun, como chefe do governo interino que atuaria até junho de 2002, quando haveria uma *Loya Jirga* de emergência. Nesta, os líderes afegãos escolheriam o próximo líder interino, que governaria até as eleições de 2004. Também, junto com a escolha da administração, seria realizada uma *Loya Jirga* Constitucional, na qual seria estabelecida uma nova constituição (KOLHATKAR; INGALLS, 2006, p. 131).

Em todas essas ocasiões, os dois grandes conselhos e ambas as eleições, houve participação feminina recorde no país. Durante o primeiro conselho emergencial, 12% dos participantes eram mulheres, já no constitucional, a participação feminina aumentou para 20% - marcas históricas para o país (NAPWA, 2007). O aumento da participação resultou em diversos avanços para o status legal das mulheres afegãs, principalmente no que diz respeito à nova constituição.

A *Loya Jirga* Constitucional estabeleceu que a carta magna seguiria a Convenção para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulher (CEDAW, sigla do inglês), o que, para a comunidade internacional, significou um importante progresso no *advocacy* pela igualdade de gênero no país (RAWA, 2007).

A Convenção explicita a “discriminação contra mulher” como

toda e qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objetivo ou resultado prejudicar anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (CEDAW, 1979).

E ainda afirma que todos os Estados que adotam a convenção assumem o compromisso de condenar a discriminação contra a mulher em todas as suas formas. Além de concordarem em criar políticas destinada a eliminar a discriminação contra a mulher e de fato segui-las (CEDAW, 1979).

Graças a adoção da Convenção, a constituição garantiu importantes direitos básicos para as mulheres: o Artigo 22 explicitamente declara que qualquer tipo de discriminação entre cidadãos do Afeganistão será proibido, e que “os cidadãos do Afeganistão, homens e mulheres, têm direitos e deveres iguais perante a lei” (OLIVEIRA, 2022).

O documento ainda estabeleceu educação formal para as mulheres (Artigo 44), fornecimento de serviços médicos e ajuda financeira para mulheres sem cuidadores (Artigo 53) e cotas de participação política (Artigo 83) (OLIVEIRA, 2022). Sobre este último, ficou estabelecida uma cota de cerca de 25% dos assentos do parlamento e conselhos provinciais destinados às mulheres, e 30% dos serviços civis (NEHAN, 2022, p. 4).

Ainda, foi estabelecida a criação de um Plano Nacional para as Mulheres do Afeganistão (NAPWA). Divulgado em 2007, o NAPWA era tido como o veículo para implementação e compromissos para melhorar o status das mulheres. Também inspirado na CEDAW, tinha o objetivo de construir um país pacífico e progressivo no qual mulheres e homens pudessem viver em segurança, e direitos e oportunidades iguais em todos os aspectos da vida (NAPWA, 2007).

O NAPWA foi um componente central para a “implementação dos compromissos assumidos para com o Afeganistão no que dizia respeito às mulheres de forma organizada, sistemática, coordenada e sustentável”. O plano visava igualdade de gênero e empoderamento feminino, buscando agir nas áreas de: segurança; proteção legal e direitos humanos; liderança e participação política; econômico, trabalho e pobreza; saúde; e educação (NAPWA, 2007).

Partindo do princípio que a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulher uma obrigação legal do governo do Afeganistão e é uma responsabilidade de todos os setores, instituições e indivíduos, coloca a integração de gênero como estratégia principal para alcançar a igualdade entre homens e mulheres no Afeganistão.

De acordo com a ONU, como definido em 1997 nas conclusões do ECOSOC, integração de gênero (i.e. mainstreaming of gender) é “o processo de averiguar as implicações para homens e mulheres em qualquer plano de ação, incluindo legislações, políticas e programas, em todas as áreas e em todos os níveis” (UN WOMEN, s.d.). Trata-se de uma estratégia que busca colocar as questões tanto das mulheres quanto dos homens como parte integral no desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e performances em esferas políticas, econômicas e sociais (UN WOMEN, s.d.).

Com isso, o NAPWA advocava para que todos os ministérios incorporassem perspectivas de gênero em seus planos e estabelecessem processos e mecanismos para garantir a participação tanto de mulheres como de homens nessa estratégia (NAPWA, 2007). Para isso, o Ministério dos Assuntos da Mulher (MoWA, da sigla em inglês) entraria como um parceiro chave para os demais ministérios.

O MoWA foi uma nova instituição criada durante a Conferência de Bonn, responsável por implementar políticas públicas que assegura e expandirem os direitos legais das mulheres e mantivessem a supremacia da lei dentro do seu escopo de atividades (UN WOMEN, s.d.). Dentro do NAPWA, o ministério ficaria responsável por providenciar liderança e conselhos políticos para a integração de gênero, coordenando ações e facilitando o fluxo de recursos para os implementadores conforme necessário. Além dessa parceria, contava também com a colaboração de ONGs, da academia, mídia, grupos religiosos, comércios, a comunidade internacional e acionistas (NAPWA, 2007).

Entretanto, por mais que essas medidas tenham sido bem recebidas, surtiram pouco efeito fora do papel (ONU Mulheres). Segundo Moghaddam, discussões a respeito de gênero raramente impactavam espaços políticos, sejam

eles públicos ou privados, assumindo alguma maior relevância em “não-espços” existentes pela presença internacional no Afeganistão (MOGHADDAM, 2006, p.26).

Ainda segundo a autora, o contexto pós-Bonn revelou uma nova configuração de disputa de poder no país, no qual justiça de gênero e direitos das mulheres foi politizada de novas e complexas formas (MOGHADDAM, 2006, p.25). Isso pois apesar da adoção da CEDAW, criação do NAPWA, e adoção de cotas para garantir uma maior participação de mulheres nos âmbitos políticos, havia problemas endêmicos dentro a própria estrutura legal de proteção e garantia de direitos para mulheres, além de demais dinâmicas e processos políticos ocorrendo no paralelo. Como posto por Moghaddam, o medo de muitos agentes internacionais em sofrer represálias, contestações e retaliações dos grupos mais conservadores da sociedade afegã, assim como a falta de profissionalização das mulheres que ocupavam cargos públicos e a própria cultura afegã (MOGHADDAM, 2006, p. 25-27).

Entre 2005 e 2010 houveram mais mulheres ocupando o parlamento do que em qualquer outro momento na história do Afeganistão, entretanto não compunham um grupo coeso e com uma agenda única (CHAUDHARY; et al, 2011, p. 107), uma vez que formam um grupo político associadas com os mais diversos partidos ao redor do espectro político (MOGHADDAM, 2006, p.32). Ainda, 3/4 dos parlamentares masculinos e 5 comitês centrais da Câmara - como o de Justiça e o Judiciário - eram compostos por religiosos conservadores (CHAUDHARY; et al, 2011, p. 108). Dentre esses, estavam ex-comandantes mujahideen.

A invasão do Afeganistão e o projeto de reconstrução foi justificada pela Guerra ao Terror, que visava acabar com o terrorismo (islâmico) no mundo, entretanto esses ocorreram com o apoio da Aliança do Norte, grupo formado por ex-comandantes mujahideen aliados aos Estados Unidos. Após a queda do Talibã, ao contrário das expectativas da sociedade afegã, o grupo passou a ocupar cargos políticos no parlamento.

Segundo a RAWA, “os líderes da Aliança do Norte não possuem diferença ideológica com o Talibã. Alguns podem até falar em ‘eleições’ e ‘direitos das mulheres’, mas na realidade são tão misóginos quanto o Talibã” (RAWA, s.d.). Para as militantes,

a Aliança do Norte nada mais é que uma frágil coalizão de um grupo de bandidos - de acordo com o enviado especial das Nações Unidas - com uma lista longa de crimes e brutalidades contra o nosso povo. O povo afegão nunca irá perdoá-los pelos crimes que eles cometeram juntamente com a tão chamada Velha Geração da Aliança, i. e. Dostum, Khalilil, Sayyaf, Rabbani, Gulbuddin etc, no poder desde 1992 e 1996. Somente em Kabul, 65.000 foram mortos durante esses anos sangrentos (RAWA, s.d.).

Desse modo, a Guerra ao Terrorismo pode tê-los removido do poder, mas não removeu o fundamentalismo religioso, que, segundo a associação, “é a causa da nossa [mulheres afegãs] miséria”. Os Estados Unidos, então, teriam apenas trocado um regime fundamentalista pelo outro (RAWA, s.d.).

Mesmo alguns integrantes do Talibã foram inseridos dentro da esfera política do novo Estado Democrático do Afeganistão. Isso pois a presença estrangeira no país requeria acordos com o grupo, assim Karzai perdoou líderes como Mullah Ghaus, Hakim Mujahid, Wakil Ahmad Motawakal, Mullah Zaheef, Mullah Hotaki e Mullah Arsala. Alguns chegando a assumir cargos como representantes do Afeganistão na ONU, ministro de Relações Exteriores e embaixador afegão no Paquistão (RAWA, s.d.).

Os jihadistas juntamente com demais homens e clérigos, compunham a maioria na *Wolesi Jirga* (Casa Menor), formulando 181 homens contra 68 parlamentares mulheres. Na *Meshrano Jirga* (Casa Maior) havia apenas 23 mulheres dentre os 102 membros eleitos (CHAUDHARY; et al, 2011, p. 107).

Desse modo, por mais que houvesse cotas de assentos destinados às mulheres e que essa participação tenha garantido diversos avanços quanto às legislações, o parlamento era composto majoritariamente por conservadores. Estes barravam políticas, projetos e leis liberais no que diz respeito ao status das mulheres no Afeganistão e comumente favoreciam iniciativas conservadoras.

Além de comporem uma minoria desorganizada, não possuíam capital político suficiente para realizarem mudanças desejadas. Apesar de ocuparem cargos que lhes conferiam poder, formas tradicionais de lideranças tribais e comunitárias - associadas exclusivamente ao gênero masculino - eram valorizadas e seguiam agindo através das cadeias de comando estatal criadas (MOGHADDAM, 2006, p.29).

As leis de Eliminação de Violência contra a Mulher (EVAW, sigla do inglês) e a Lei Xiita de Status Pessoal mostram como essas duas frentes entraram em embates dentro do parlamento. A primeira, inspirada na CEDAW, formulada a partir de interpretações liberais dos direitos das mulheres, surgiu no MoWA em 2005 e buscava aumentar a punição em casos de violência contra mulher (CHAUDHARY; et al, 2011, p. 114).

Já a segunda se originou em meio a um grupo de clérigos afegãos xiitas e foi formulada de acordo com a jurisprudência ortodoxa do Islã. Ela definia questões relacionadas à propriedade, casamento e divórcio, na qual colocava a obediência da mulher - inclusive em questões conjugais - fundamentais em troca da manutenção financeira fornecida pelo marido (CHAUDHARY; et al, 2011, p. 107).

Ambas as leis tramitaram pelo parlamento na mesma época, entre 2005 e 2009, e foram rodeadas de controvérsias. Diversas mulheres que defendiam a EVAW e condenavam a Lei de Status Pessoal eram acusadas de serem anti-islâmicas, agentes do ocidente e prostitutas. Sima Samar, primeira mulher a ocupar o MoWA, começou a receber ameaças de morte e sofrer assédio por questionar leis islâmicas conservadoras, especialmente a Lei de Status Pessoal Xiita, durante entrevista no Canadá (COTT, 2010, p. 847).

O ambiente hostil era mais um dos obstáculos enfrentados na tentativa de promover direitos das mulheres no Afeganistão. Violências, ameaças de morte, difamações a respeito de “padrões morais e sexuais devassos” e xingamentos. Ainda, paralelamente à busca de garantir direitos às mulheres, muitas inseridas no campo político tinham que lidar com violência doméstica, aceitaram poligamia de conjuges, evitaram divórcios (MOGHADDAM, 2006, p.30-31). Para Moghaddam,

Na democracia patriarcal, sobreposta à demais fatores inibidores, as mulheres inseridas na política através de cotas de gênero foram incapazes de transformar a política dentro de suas famílias, e muito menos dentro das instituições estatais (MOGHADDAM, 2006, p.31).

Ao final, em meio às disputas entre conservadores e progressistas no parlamento, a Lei Sharia de Status Pessoal foi assinada e ratificada por Karzai em 2009. Já a EVAW foi assinada como decreto presidencial - e não como lei - no mesmo ano, e apenas em 2010 foi para o parlamento ser ratificada. Com isso, podemos ver que a natureza das regulações estatais acerca do papel da mulher

eram muito disputadas, com agendas seculares e islâmicas em disputa por preponderância (CHAUDHARY; et al, 2011, p. 107).

Desse modo, frente a dificuldade em realizar mudanças mais efetivas, o regime de integração de gênero era descoordenado, errático e descompromissado com a agenda estabelecida, pois visava mais a visibilidade e resultados imediatos do que o impacto amplo e estrutural (MOGHADDAM, 2006, p. 25-27).

Assim eram priorizados programas de curto-prazo, ao invés de iniciativas amplas de longo-prazo, que trariam impactos mais significativos. Mesmo projetos do NAPWA, no geral, não passavam de 1 ano, e celebrações do Dia Internacional da Mulher ou a construção de centros de atividades para mulheres eram priorizados frente às demais iniciativas (MOGHADDAM, 2006, p. 25-27).

#### 4. INTERFERÊNCIAS DOS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA CONTRA O TALIBÃ

A Conferência de Bonn, por meio da adoção da CEDAW, e o estabelecimento do NAPWA buscaram integrar questões de gênero dentro da esfera pública afegã. Entretanto, para além dos próprios problemas dentro do aparelho estatal, importantes fatores externos também agiram também para que os planos não ocorressem como planejados.

Fora as questões elaboradas no capítulo anterior, demais questões não diretamente ligadas aos direitos das mulheres interferiram no processo. No geral, os esforços para a construção de um Afeganistão autônomo e amigável mostraram-se não apenas ineficientes, como também contraproducentes.

Como apontado por Richard Boucher, chefe do Departamento de Estado durante o início da Guerra ao Terror, os Estados Unidos tentaram realizar muitos objetivos sem nunca definir uma estratégia realista para sua saída do país (*apud*. WHITLOCK, 2021, p.7). Somado à devastação causada por décadas de conflitos armados, os esforços internacionais para a reconstrução do Estado, economia e restauração da segurança causaram ainda mais dependência do governo afegão da ajuda financeira de estrangeiros e da presença das forças militares, além de terem erodido as próprias bases democráticas que buscavam construir (SUHRKE, 2007, p. 1).

Ainda de acordo com ele, um dos principais motivos foi a tentativa de “construir um governo sistemático *a la* Washington, D.C., em um país que simplesmente não funciona dessa forma” (*apud*. WHITLOCK, 2021, p. 7). O papel histórico do Estado moderno no Afeganistão não foi considerado durante a formulação do plano de reconstrução do país.

Segundo Tapper (1983), citado por Kandiyoti (2005, p. 3), este tem suas origens em confederação de tribos pashtun, que se desenvolveram em um Estado dinástico. Ainda, as relações entre o Estado e as tribos sempre foram paradoxais, uma vez que o funcionamento estatal dependia de certa unidade para manter sua hierarquia ao mesmo tempo que explorava dissonâncias e divergências tribais para consolidar o poder central.

Desse modo, é sugerido Roy que para as tribos afegãs o Estado seria um ente existente na periferia, usado para administrar questões como conquista de terras da confederação, mas que não interferiria em questões internas. “A missão histórica do Estado no Afeganistão [...] era reverter essa relação para passar da periferia para o centro. Entretanto, não deveria nunca escapar das implicações do seu princípio original, que o dava legitimidade, “que era permanecer tribal e Pashtun” (Roy, 1986 apud. KANDIYPOTI, 2005, p. 3).

Exatamente devido à particular divisão de poder afegão e ao específico papel do Estado na sociedade que, de acordo com Goodhand e Sedra (2009, p. 582), os Estados Unidos, a OTAN e a ONU falharam em “resolver” os problemas do Afeganistão. A estratégia estabelecida não refletia a variedade de relações e fontes de poder existentes dentro do Afeganistão. E, desse modo, uma parte significativa da população encarou esse fato como uma tentativa ilegítima de reconfigurar estruturas domésticas de poder para atender a interesses externos.

Ainda, como abordado anteriormente, houve uma grande inserção das mulheres afegãs no processo de decisão das *Loya Jirgas*. Entretanto, todo o processo de escolha de Karzai - até mesmo sua eleição dois anos depois - é alvo de diversas acusações de corrupção e de interferência dos Estados Unidos em ambos os momentos em que foi escolhido para assumir o poder do Afeganistão. De acordo com Kolhatkar e Ingalls (2006, p. 126), para o delegado pashtun Haji Attaullah a escolha de Karzai foi uma escolha unilateral de Washington.

Durante a *Loya Jirga* realizada em 2002, diversas facções afegãs disputavam pelo posto de líder interino, com o Zahir Shah (ex-monarca afegão, deposto em 1973 pelo PDPA) sendo promovida como uma alternativa mais séria que Karzai. Entretanto, Zalmay Khalilzad, que na época ocupava o cargo de conselheiro especial dos Estados Unidos para o Afeganistão, interveio nos debates dos líderes presentes para anunciar que o rei havia desistido da posição. Assim, a *Loya Jirga* confirmou a escolha estadunidense, elegendo Karzai para a administração interina (SUHRKE, 2007, p. 6).

De acordo com a autora, a interferência direta de um não-membro numa decisão tão crítica para o futuro do país era uma clara violação dos procedimentos tradicionais e democráticos, além de fazer pouco caso de todo o processo e não foi

bem visto entre a população, mesmo entre os apoiadores de Karzai. Tal interferência ainda foi tida como evidência da futilidade do processo eleitoral, o que desencorajou muitos afegãos a irem votar durante as eleições (SUHRKE, 2007, p. 6).

No que diz respeito à manutenção da paz e a ordem durante a transição política, e desmilitarizar Cabul, foi promovida uma reforma do Setor de Segurança (RSS), que foi partilhada entre cinco pilares, cada um sob o comando de um país. Os EUA ficaram responsáveis pelo treinamento do exército, a Grã-Bretanha pelo combate aos narcóticos, a Itália pela reforma judiciária, a Alemanha pela capacitação policial e o Japão pelas tarefas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (NAPOLEÃO, 2013, p. 7).

Ainda, foi criada a Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF, sigla em inglês), que funcionou sob o comando do Reino Unido - até 2003, quando foi passada para o comando da OTAN. Nesse mesmo ano, assumiram diversas províncias no norte e no oeste do país, e 3 anos depois assumiram áreas no sul e no leste – regiões com forte influência do Talibã. Entretanto, a ampliação da presença militar não foi acompanhada de uma estratégia de estabilização econômica e política para as regiões ocupadas. De acordo com Napoleão, as Equipes de Reconstrução Provincial eram lideradas por países diferentes e suas atividades para a reconstrução não seguiam uma estratégia unificada (NAPOLEÃO, 2013, p. 6).

Apesar de ocupar parte significativa do território afegão, as agências de aplicação da lei (como a polícia, exército e sistema judiciário), treinadas pela ISAF, não adquiriram o grau de eficácia necessário para manter o país estável e não funcionavam em 70% do território (NAPOLEÃO, 2013, p. 7). Isso pois ao invés de trabalhar em cima das estruturas e costumes que já existiam entre o povo afegão, que é historicamente militarizado, foi imposto o “*american way of war*” aos recrutados, não considerando que cerca de 80 a 90% não sabiam ler ou escrever. Além de ser constantemente necessária a presença de tradutores para o manejo das aulas e treinamentos uma vez que poucos treinadores estadunidenses e conselheiros de combate sabiam falar qualquer uma das línguas mais comuns afegãs (Dari, Pashto

e Uzbek) e de não haver permanência entre esses, que a cada 6 meses eram trocados (WHITLOCK, 2021, p. 56).

Ainda de acordo com Withlock, o treinamento da Polícia Nacional Afegã (PNA, ou ANP em inglês) ocorreram os mesmos problemas. Apesar de a princípio ter ficado sob responsabilidade da Alemanha, o governo não investiu dinheiro o suficiente no programa e teve dificuldades em encontrar policiais dispostos a virar treinadores no Afeganistão, a ponto de os Estados Unidos terem que intervir. Entre 2002 e 2006, Washington gastou mais que a Alemanha em treinamento policial, e continuou sem grandes resultados (WHITLOCK, 2021, p. 65).

Assim, houve abertura de espaço para a reorganização e expansão do Talibã, que em 2002 já lançava uma nova jihad contra o novo Governo Afegão e a coalizão liderada pelos Estados Unidos (PEREIRA, 2011, p.183). Reorganização que ocorreu graças ao apoio do Paquistão.

Como apontado por Whitlock, a partir de 2003 tanto o grupo pashtun como a Al-Qaeda voltaram a investir contra o território afegão, enquanto os Estados Unidos anunciaram que o combate de tais grupos terroristas havia sido encerrado. O ex-general Barry McCaffrey afirmou para Rumsfeld, em junho de 2006, em um memo que:

desde 2002, o Talibã tem desfrutado de santuário no Paquistão, o que possibilitou recrutamento, treinamento, equipamento e infiltração de soldados. A ISI do Paquistão providenciou apoio operacional para o Talibã, por mais que o nível dessa assistência que é autorizada pelo governo paquistanês permanece um mistério (*apud*. WHITLOCK, 2021, p. 86).

O vizinho paquistanês durante a reconstrução do Afeganistão permaneceu jogando em ambos os lados na guerra: apoiava o projeto de democratização e luta contra insurgências sob o comando dos Estados Unidos e da ONU, ao mesmo tempo que apoiava a reestruturação do Talibã e da Al-Qaeda. O diplomata Ryan Crocker afirmou em uma das entrevistas do *Lessons Learned* que interlocutores paquistaneses comumente reclamavam que Washington abandonou a região após a retirada da União Soviética em 1989, “deixando Islamabad para lidar com a guerra civil que estourou na porta ao lado” (*apud*. WHITLOCK, 2021, p. 86).

Ainda, o diplomata recorda uma conversa que teve com o general Ashfaq Kayani, chefe da ISI, em que o paquistanês afirmou:

Sabe, eu sei que vocês [estadunidenses] pensam que estamos avaliando nossas apostas, você está certo. Pois um dia vocês iram embora novamente, e será como na primeira vez no Afeganistão. Você terminará com a gente, mas nós ainda vamos estar aqui pois não dá para mover um país. E a última coisa que queremos em meio a todos nossos outros problemas, é ter tornado o Talibã em um inimigo mortal, então sim, nós estamos avaliando nossas apostas (*apud*. WHITLOCK, 2021, p. 86).

Assim, com apoio à reorganização, a expansão do Talibã se deu em áreas pashtuns afegãs e paquistanesas, e graças ao novo recrutamento de forças, principalmente nas *madrassas* das áreas rurais. Num primeiro momento, juntamente da Al-Qaeda e outros grupos insurgentes menores, começaram ataques esporádicos contra forças militares internacionais e de Cabul. Porém a partir de 2003, “transformam-se numa escalada insurrecional”, atacaram soldados afegãos, elementos de ONGs e soldados estadunidenses por meio de raides, emboscadas e ataques com granadas e mísseis (PEREIRA, 2011, p. 184).

Neste mesmo ano, chegaram a realizar em média 4 ataques à nível nacional todos os dias, em 2004 esse número passou para 5 (PEREIRA, 2011, p. 184). A situação no país escalou gradativamente até que em 2018, o Talibã controlava quase metade (46,2%) de todo o território afegão (CNN BRASIL, 2021).

Essa situação se prolongou pelos 20 anos em que as forças internacionais estiveram presentes no Afeganistão. E, após tantos anos despejando bilhões de dólares no país, o ex-presidente estadunidense Donald Trump assinou um acordo com o Talibã, em fevereiro de 2020, no Catar.

Esta reunião foi realizada sem a presença do governo afegão, apesar do mesmo ter mostrado pretensões de dialogar com os integrantes do Talibã. Nesse acordo o governo estadunidense se comprometeu em retirar suas tropas e tropas da OTAN do território afegão, além de retirar sanções contra os membros do grupo. Em contrapartida, o Talibã se comprometeu em não permitir que demais grupos terroristas, como a Al Qaeda, operem em áreas sob seu controle (G1, 2020). Assim, os anos de reconstrução não apenas criaram maiores instabilidades políticas, sociais e econômicas no Afeganistão, como também levaram à abertura para negociações com um grupo terrorista o qual pretendia erradicar.

Ainda, nesse contexto, é importante considerar a eleição de Joe Biden e o posicionamento de sua administração à questão afegã. Durante sua campanha

eleitoral, Biden defendeu a importância da democracia, chegando a afirmar que a colocaria no centro de sua política externa. O atual presidente estadunidense ainda propôs uma Cúpula Pela Democracia (Summit for Democracy) para “renovar o espírito comum das nações do Mundo Livre”, retomando a importância da promoção da democracia, elemento crucial tanto para a política externa quanto para a própria identidade dos Estados Unidos (PONTES, 2021).

Entretanto, no que diz respeito à retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão, Biden afirmou, em agosto de 2021, durante discurso oficial da Casa Branca: “Os EUA não podem participar e morrer em uma guerra em que nem o próprio Afeganistão está disposto a lutar” (G1, 2021). Ainda revelou que o objetivo da missão nunca foi reconstruir o Afeganistão, e sim reduzir o risco do terrorismo (G1, 2021), contradizendo as declarações feitas durante a administração Bush, que justificou a invasão do Afeganistão utilizando-se da construção de uma democracia forte no país para inviabilizar a proliferação de células terroristas no território.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo da pesquisa, a relação dos grupos sociais internos do país historicamente tem uma relação ambígua com o status social e os direitos conferidos às mulheres do Afeganistão. Essa questão foi palco para disputas entre tribos de etnias diferentes e entre grupos sunitas e xiitas, interferindo na vida política afegã de forma que líderes foram depostos devido a implementação de uma agenda que buscava aumentar a participação das mulheres nas esferas públicas, políticas, sociais e econômicas do país, e garantiam-lhe maior independência em relação às decisões referentes às suas próprias vidas.

De modo geral, até a instauração de um governo comunista, apoiado pela União Soviética no início da década de 1970, é possível enxergar um cenário de continuidade e rupturas no que diz respeito aos direitos garantidos às mulheres. Porém, o cenário mudou drasticamente a partir da primeira intervenção dos Estados Unidos no país.

Como elaborado no terceiro capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso, os mujahideen - consequentemente a jihad e o fundamentalismo islâmico como conhecemos - compunham uma parcela minoritária da sociedade afegã. Apenas com o apoio financeiro e militar da CIA e da Arábia Saudita, e logístico da ISI a partir de 1979 - mesmo ano de criação da CEDAW -, que tais grupos conseguiram força o suficiente para se tornarem os agentes políticos predominantes no Afeganistão. E, assim, instaurando um reinado de terror para a população afegã, e especialmente para as mulheres, ao longo de toda a década de 1990 - entre 1992-96 com a guerra civil e 1996-2001 sob o domínio do Talibã.

Não há dúvidas de que a intervenção de países estrangeiros no país, principalmente a dos Estados Unidos, exerceram um papel fundamental na ampliação e intensificação dos conflitos que ocorrem no Afeganistão há mais de 30 anos. Seja por meio do suporte financeiro e apoio à militarização de grupos mujahideen, ajudou a radicalizar e promover a destruição e massivas violações, ou mais recentemente, durante a reconstrução, por apoiar nas últimas duas décadas muitos integrantes do governo afegão, apesar das evidências de corrupção e violações de direitos humanos.

Mesmo com as tentativas de construir uma nação democrática e que garantisse direitos políticos, sociais e econômicos às mulheres após o 11-de setembro, a iniciativa não atingiu os resultados esperados. Com a construção do aparelho estatal afegão, veio junto a integração de ex-comandantes mujahideen e de ex-comandantes do Talibã, o que contribuiu para que a esfera política tendesse mais para interpretações conservadoras e fundamentalistas do Islã. Desse modo, os próprios valores e violações que Bush declarou que iria erradicar por meio da democracia, foram institucionalizados e legalizados pelos três poderes.

Ainda, dentro de tal contexto, a inserção artificial das mulheres dentro das esferas políticas institucionais não garantiu os avanços que tanto almejavam com a promulgação da nova Constituição e a adoção do CEDAW e do NAPWA. Para Moghaddam, a inserção artificial de mulheres em cargos políticos por meio do estabelecimento de cotas sugeriu que as bases do poder no Afeganistão está aberto para contestação, negociação e redefinição a partir de linhas “amigáveis” às concepções de gênero (MOGHADDAM, 2006, p.30).

O que mostrou-se verdadeiro. As consequências dessa artificialidade para as mulheres inseridas na política, para além das violações e violências vividas diariamente, significou também lidar com as formas as quais o patriarcalismo afegão se expressou dentro desses espaços - barrando, desmoralizando e ameaçando a integridade física daquelas que buscavam realizar mudanças.

Ainda, com o decorrer da guerra contra o Talibã, o projeto de *nation-building* para o país afegão “foi de mal a pior”, como afirmado pelo Withlock. O autor ainda coloca que seria necessário os Estados Unidos permanecerem por mais décadas e investir mais bilhões de dólares em ajuda anualmente para concretizar o projeto (WHITLOCK, 2021, p. 30) e construir a democracia que tanto almejava. Com isso, os problemas no projeto de democratização iam além de uma estratégia falha, levantando questionamentos acerca da tão naturalizada “universalidade” dos princípios liberais para a melhora das condições de vida.

Também, é questionável a forma como a democracia e direitos humanos são aparelhados para atender à objetivos particulares. Para a RAWA, as forças da ocupação imperialista usaram da democracia e da igualdade de gênero para

alcançar interesses próprios baseados em estratégias geopolíticas (RAWA, s.d.). Opinião compartilhada também por Krista Hunt.

Para ela, a mobilização da luta pelos direitos das mulheres serviu apenas de justificativa para a invasão do país e foi usada de arma na guerra contra o terror. Ainda segundo ela, “homens americanos assumem o papel de protetor global das mulheres, e por extensão, da civilização”. Mais uma vez, a violência americana é camuflada na moralidade e direitos humanos” (HUNT, 2002, p. 118-119).

Trata-se também de mais uma nuance orientalista - e hipócrita - presente no discurso estadunidense. Segundo a Hunt, coloca-se como “o fardo do homem ocidental” salvar mulheres racializadas da “selvageria” de homens racializados (HUNT, 2002, p. 118-119).

Ao longo dos últimos anos as tropas dos Estados Unidos e da OTAN se retiraram do Afeganistão, deixando novamente a população afegã sob o comando do Talibã e vivendo, novamente, de uma das maiores catástrofes humanitárias da contemporaneidade e sem perspectiva de melhora. A dimensão dos impactos sofridos pela população afegã, especialmente as mulheres, comprovadamente encontra-se fora da sua lista de considerações dos EUA. E, como visto ao longo deste TCC, mesmo palavras em um discurso possuem impactos materiais na vida - lição que não foi aprendida ao longo dos últimos 43 anos.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ALARCON, Danillo. **Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade Duradoura**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Relações Internacionais - Universidade de Brasília. Brasília, p. 143. 2012.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Women in Afghanistan: a human rights catastrophe**. 1995. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/documents/asa11/003/1995/en/>>.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Amnesty International's concerns at the 51st United Nations Commission on Human Rights**. 1994. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/documents/ior41/011/1994/en/>>.

BRODSKY Anne E. **With All Our Strength: The Revolutionary Association of the Women of Afghanistan**. Foreword, vii-x. Taylor & Francis, 2003.

BUSH, George H. **Confirma na íntegra o discurso de Bush após os ataques de 11/9**. Tradução: Paulo Migliacci. *Terra*. 2001. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/confirma-na-integra-o-discurso-de-bush-apos-os-ataques-de-119,50fb27721cfea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>.

CEDAW. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. ONU. 1979. Disponível em: <[https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw1.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf)>.

COTT, Markus. **Interview with Dr Sima Samar**. *International Review of the Red Cross*, vol. Volume 92, no. Number 880, 2010. Disponível em: <<https://international-review.icrc.org/sites/default/files/irrc-880-interview.pdf>>.

CNN BRASIL. **Linha do tempo: da insurgência ao poder, a história do Talibã no Afeganistão**. CNN Brasil. 16 agosto 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/linha-do-tempo-da-insurgencia-ao-poder-a-historia-do-taliba-no-afeganistao/>>.

FAYEZ, Hikmatullah. ***The Role of Foreign Aid in Afghanistan's Reconstruction: A Critical Assessment***. Economic & Political Weekly, vol. XLVII, no. 39, 2012, pp. 65- 70.

FLURI, Jennifer L. ***Feminist-nation building in Afghanistan: an examination of the Revolutionary Association of the Women of Afghanistan (RAWA)***. Feminist Review. vol. 89, 2008, pp. 34-54.

GOODHAND, Jonathan, and Mark SEDRA. ***Who owns the peace? Aid, reconstruction and peacebuilding in Afghanistan***. Disasters, vol. 34, 2010, pp. S78-S102.

G1. **EUA e Talibã assinam acordo, e tropas americanas e da Otan sairão do Afeganistão em 14 meses**. G1, 29 fevereiro, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/16/joe-biden-discursa-sobre-tomada-d-o-afeganistao-pelo-taliba.ghtml>>.

G1. **Após Talibã tomar o Afeganistão, Biden defende decisão de retirar militares americanos**. G1, 16 agosto, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/16/joe-biden-discursa-sobre-tomada-d-o-afeganistao-pelo-taliba.ghtml>>.

HUBER, Daniela. ***Democracy Promotion and Foreign Policy: Identity and Interests in US, EU and Non-Western Democracies***. 1 ed., Palgrave Macmillan, 2015. Parte I (pp. 7-50).

HUNT, Krista. ***The Strategic Co-optation of Women 's Rights***. International Feminist Journal of Politics. 2002. 4:1. 116-121.

INGALLS, James; KOLHATKAR, Sonali. ***Bleeding Afghanistan: Washington, warlords, and the propaganda of silence***. 1 ed., Seven Stories Press, 2006.

IQBAL, Allama Mohammad. ***Afghan Women's History***. *Afghanistan Online*. Disponível em: <<https://www.afghan-web.com/women/afghan-womens-history/>>.

KRISHNA, Sankaran. ***Postcolonial Encounters: Islamic "Terrorism" and Western Civilization***. In: Globalization & Postcolonialism: Hegemony and

Resistance in the Twenty-first Century. Rowman & Littlefield, 2009, cap. 3 (pp. 131-154).

KANDIYOTI, Deniz. ***The politics of gender and reconstruction in Afghanistan.*** UNRISD Occasional Paper. No. 4. 2005. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD).

MARKAKIS, Dionysis. ***US Democracy Promotion in the Middle East: The Pursuit of Hegemony.*** 1 ed., Taylor & Francis Group, 2015.

MATEO, Luiza Rodrigues. **Ajuda Externa e a Formulação da Estratégia Internacional dos Estados Unidos a partir do 11 de Setembro de 2001.** 2017. 161 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2017.

MATEO, Luiza Rodrigues. **The changing nature and architecture of U.S. democracy assistance.** Revista Brasileira de Política Internacional, 63(1): e010, 2020.

MILANI, Carlos R. S. **Evolução Histórica da Cooperação Norte Sul.** Inn: André de Mello e Souza (Org.) Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: PEA, 2014, p. 33-56.

MOGHADDAM, Sippi Azerbaijani. ***Gender in Afghanistan.*** Inn: Heinrich Böll Foundation. *Publication Series on Promoting Democracy in Fragile States under Conditions of State Fragility.* Issue 1: Afghanistan. 2006. pp. 25-42.

NAPOLEÃO, Thomaz. **De Bonn a Bonn: Uma década de engajamento internacional no Afeganistão Pós-Talibã.** Conjuntura Astral, vol. 4, no. 15-16, 2013, pp. 4-21.

NAPWA. ***National Action Plan for the Women of Afghanistan.*** Islamic Republic of Afghanistan. 2007. Disponível em: <<https://evaw-global-database.unwomen.org/-/media/files/un%20women/vaw/full%20text/asia/national%20action%20plan%20for%20the%20women%20of%20afghanistan/national%20action%20plan%20for%20the%20women%20of%20afghanistan%202007%20to%202017.pdf?vs=2627>>.

NEHAN, Nargis. ***The Rise and Fall of Women Rights in Afghanistan***. LSE Public Policy Review. 2022. Disponível em: <<https://ppr.lse.ac.uk/articles/10.31389/lseppr.59/>>.

ONU. **Conferências Mundiais da Mulher – ONU Mulheres**. ONU Mulheres. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>.

OLIVEIRA, Carolina de. **A Política Externa norte-americana para o Oriente Médio antes e após o 11 de setembro de 2001**. TCC – Programa de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, p.86. 2012.

PEREIRA, Carlos Santos. **Dez Anos de Guerra no Afeganistão**. Repositório Comum. N.º 130 – 5.ª Série. 2011. pp. 179-216.

PONTES, Rúbia Marcussi. **A promoção da democracia pelos EUA e o alvorecer do governo Biden - OPEU**. OPEU - Observatório Político dos Estados Unidos, 4 Fevereiro 2021. Disponível em: <<https://www.opeu.org.br/2021/02/04/a-promocao-da-democracia-pelos-eua-e-o-alvorecer-do-governo-biden/>>.

RAWA. ***Afghanistan: No gender equality under occupation***. RAWA News. 2007. Disponível em: <<http://www.rawa.org/temp/runews/2007/03/03/afghanistan-no-gender-equality-under-occupation.html>>.

RAWA. ***Overview on the situation of Afghan women***. Revolutionary Association of the Women of Afghanistan. s.d. Disponível em: <[http://www.rawa.org/wom-view\\_pt.htm](http://www.rawa.org/wom-view_pt.htm)>.

RAWA. **Testemunhas avaliam os ataques dos Estados Unidos em Kabul**. 2001. Disponível em: <[http://www.rawa.org/strikes\\_pt.htm](http://www.rawa.org/strikes_pt.htm)>.

SILVA, Ana Flávia Nunes da. **A influência da religião no crescimento do movimento Talibã no Afeganistão (1989 A 1996)**. TCC – Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, p. 60. 2014.

STEELE, Jonathan. **As Vítimas Invisíveis**. *The Guardian*, 2002. Disponível em: <[http://www.rawa.org/civilian3\\_pt.htm](http://www.rawa.org/civilian3_pt.htm)>.

SUHRKE, Astri. **Democratization of a Dependent State: The Case of Afghanistan**. Chr. Michelsen Institute, 2007.

SUHRKE, Astri. **Reconstruction as Modernisation: The 'Post-Conflict' Project in Afghanistan**. *Third World Quarterly*, vol. 28, no. 7, 2007, pp. 1291-1308.

WHITLOCK, Craig. **The Afghanistan Papers: A Secret History of the War**. Simon & Schuster, 2021.